

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE PEDAGOGIA

Suzana Grimaldi Machado
Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
suzana.machado@ifes.edu.br

Alexsandra Gonçalves Zago
Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto (SME)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
alexsandrazago@educacao.pmrp.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

A formação de professores é um tema que continua sendo relevante e atual. Não há como se pensar em políticas e gestão da educação, inclusão, caminhos para a cidadania e democracia efetivas, sem considerar a formação do profissional da educação, notadamente, da educação básica. Da mesma maneira, reflexões sobre a importância da educação integral não são recentes; o tema está no debate educacional há décadas, apresentando avanços significativos em uns períodos, e retrocessos em outros.

Tanto a formação docente quanto a educação integral vêm conquistando cada vez mais espaço, a partir das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de Políticas Públicas voltadas para ampliação da jornada escolar diária e para a formação de profissionais, reinsserindo-se no debate educacional.

Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar uma breve reflexão acerca da Educação integral na formação de professores, tomando como fonte de análise os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Pedagogia de duas instituições federais de ensino, localizadas na região Sudeste, examinando de que modo e por quais maneiras a educação integral é abordada nestes PPCs. A escolha pelo curso de Pedagogia se deu em razão de este curso trabalhar com a formação de professores para atuação em diferentes esferas da educação básica.

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INTEGRAL: APROXIMAÇÕES E ENTRELAÇAMENTOS

A formação docente é uma questão de ordem sistêmica e complexa, e precisa ser analisada sob essa ótica. Nóvoa (1999) e Arroyo (2000; 2012), destacam que pensar a formação e profissionalização docente, implica em compreender que o processo não é linear e “exige, portanto, um olhar atento às tensões que o atravessam” (Nóvoa, 1999, p. 21). É um território sempre em disputa, com conflitos, consensos, avanços e recuos e marcado pela necessidade de afirmação dos próprios profissionais da educação e, para tanto, é preciso que a formação inicial também seja tempo e lugar de se refletir sobre a profissão.

Para Nóvoa (2017, p. 1109), é preciso entender a formação docente como uma formação profissional, uma “formação para o exercício de uma profissão [...]”. Nóvoa (1992) diz ainda que esta formação precisa desenvolver uma perspectiva crítica, de reflexão, fornecendo meios para o desenvolvimento profissional autônomo. Contudo, a formação inicial, em cursos de graduação, ainda é um desafio a ser superado. De modo geral, esta não tem traduzido a visão de formação proposta pelos autores supracitados; não concebe integralmente o graduando e não o habilita para o exercício cotidiano da profissão.

Em outras palavras, a formação inicial parece não atender, ainda, aos princípios da educação integral, entendida, na perspectiva de autores como Moll (2020, 2021), Gadotti (2009), Arroyo (2000, 2012) e Paro (2009), como uma concepção de educação que busca desenvolver o indivíduo em sua integralidade, caracterizada pelo pressuposto de uma formação o mais completa possível.

E essa formação o mais completa possível deve ser também objetivo da formação docente, pois, se a formação inicial não traduz, na prática, os preceitos da educação integral, o desafio se torna ainda maior.

Para Paro (2009), ao fragmentar o conhecimento, não há possibilidade de se trabalhar a integralidade do ato de educar e, por isso, entende-se que não é possível formar o profissional para atuar na perspectiva da educação integral.

Por essa razão, pensar na formação inicial do docente para atuar na e com a educação integral é uma demanda necessária e urgente, pois é preciso construir e refletir sobre práticas pedagógicas que potencializem o desenvolvimento do ser humano em todas

as suas dimensões e se configurem como práticas de uma educação cidadã e democrática, no exercício pleno da cidadania e da democracia em todos os tempos e espaços.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: O QUE DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Para este estudo, foram analisados três PPCs de Pedagogia de duas instituições federais de ensino da Região Sudeste. Os PPCs foram localizados nos sítios oficiais das instituições pesquisadas, sendo documentos com acesso aberto ao público. A fim de preservar as instituições, os dados serão apresentados nomeando-os da seguinte forma: PPC 1, PPC 2, PPC 3.

Neste estudo, considerou-se apenas cursos presenciais e com PPCs atualizados nos últimos cinco anos. Excluíram-se da análise, portanto, cursos na modalidade Educação a Distância (EaD) e aqueles com PPC anteriores a 2020, buscando uma delimitação mais precisa da amostragem.

A análise documental, de natureza qualitativa, buscou, em um primeiro momento, identificar expressões que, em alguma medida, relacionam-se com o tema “educação integral”, como formação humana, dimensões, desenvolvimento humano, dentre outras.

No segundo momento, o olhar voltou-se para a forma como o tema era abordado nos PPCs. Procurou-se identificar, por exemplo, se há, nos componentes curriculares do curso, conteúdos voltados para a educação integral; como a proposta do curso entende o tema da educação integral.

Na primeira etapa da análise, identificou-se que, dos três PPCs analisados, apenas um traz a expressão “educação integral”. O PPC1 ao tratar da concepção de educação do curso, afirma que esta pressupõe o desenvolvimento pleno das pessoas, visando a educação integral. Neste mesmo item, cita as dimensões do desenvolvimento humano como partes inerentes do processo educativo. A perspectiva da educação integral na formação do profissional é novamente referenciada no PPC 1, ao tratar da Assistência Estudantil.

Embora a expressão “educação integral” esteja ausente nos outros dois PPCs, expressões que fazem menção a ela aparecem. Citam-se “formação humana” e “dimensões”, referindo-se às dimensões do desenvolvimento humano; contudo, essas não são de modo explícito.

O PPC 2 traz essas expressões mais vinculadas aos componentes curriculares e o PPC 3 as apresenta, dentre outros tópicos, ao abordar o perfil do egresso.

Uma análise criteriosa na integralidade do documento foi empreendida para perceber os usos que são feitos dessas expressões e as relações com a temática “educação integral”, chegando assim à segunda etapa da análise.

Nos três PPCs analisados, um aspecto importante que merece destaque diz respeito à forma como a educação integral é abordada. Não há componentes curriculares que explicitem uma proposta de formação para a prática escolar na perspectiva da educação integral, seja em jornada ampliada ou não. Em outras palavras, analisando apenas os PPCs, não é possível afirmar que os cursos formem o licenciando para a atuação nas escolas de educação básica, tendo como pressuposto a educação integral. Entretanto, nos três projetos, identifica-se a preocupação em formar o profissional pedagogo em sua integralidade, considerando todas as suas dimensões e especificidades, o que denota também uma possibilidade de articulação entre teoria e prática e, neste sentido, a formação para atuar nas escolas de e para a educação integral pode ser vislumbrada.

Outro aspecto a ser destacado é que a educação integral na perspectiva do desenvolvimento pleno pode ser percebida nos três PPCs, especialmente, ao se referirem aos estágios supervisionados e as atividades complementares, onde, mais uma vez, a relação teoria e prática é evidenciada.

IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: (IM) POSSIBILIDADES DE CONCLUIR

Identifica-se no exame das fontes, uma preocupação em romper com a dicotomia entre teoria e prática, promovendo uma articulação dialética e contribuindo para a construção de práticas pedagógicas que mobilizem procedimentos de análise, pesquisa, intervenção, construção de saberes, atuação crítica, contextualizada e potencializadora de transformações no ambiente educacional.

Resta-nos saber agora se o intuito será alcançado e fará parte da atuação prática do pedagogo no cotidiano da escola, que é sempre dinâmico e em movimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 2000

ARROYO, M. G. O direito a tempos-espços a um justo digno viver. In: MOLL, J. et al. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 33-45

BRASIL. **LEI N° 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. [Educação Cidadã: 4]. São Paulo/SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009

MOLL, J. *et al.* Escola pública brasileira e educação integral: desafios e possibilidades. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 2095-2111out, 2020. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em 15 jan. 2024

MOLL, J.; BARCELOS, R. G. Educação integral como horizonte pedagógico e político. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 33, 2021.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. 1992. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 30 jan. 2025.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4843>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARO, Vitor Henrique; et.al. **Escola em tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo/SP: Cortez; Editora Autores Associados, 1988.